
NOTAS SOBRE UM TRATAMENTO DIDÁTICO ÉTICO-EMANCIPATÓRIO DO
PORTUGUÊS

ROBERTO LEISER BARONAS*

RESUMO

Neste artigo discuto, inicialmente, como os profissionais de linguagem vêm a sua essencialidade diante de um mercado utilitarista, que lhes reserva a tarefa de guardiões da variedade culta da língua, instrumentalizada na gramática tradicional e no uso dos textos literários dos mais importantes escritores da língua. Num segundo momento, discuto as possibilidades de trabalho com o ensino do português nos Cursos de Letras, assumindo que a eles cabe o papel não só de instrumentalizar as pessoas lingüística e literariamente, “capacitando-as” para o mercado de trabalho, mas também de prepará-las para que, diante da modernidade estressante, possam desenvolver a capacidade de fruição estética de textos literários.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino do português, formação de professores, análise do discurso, poder e resistência à exclusão.

Meu professor de análise sintática era o tipo do sujeito inexistente. Um pleonasma, o principal predicado de sua vida, regular como um paradigma da 1ª conjugação. Entre uma oração subordinada e um adjunto adverbial, ele não tinha dúvidas: sempre achava um jeito assindético de nos torturar com um aposto. Casou com uma regência. Foi infeliz. Era possessivo como um pronome. E ela era bitransitiva. Tentou ir para os EUA. Não deu. Acharam um artigo indefinido na sua bagagem. A interjeição do bigode declinava partículas expletivas, conectivos e agentes da passiva o tempo todo. Um dia, matei-o com um objeto direto na cabeça.

Paulo Leminski

* Professor da Universidade Federal de São Carlos.
E-mail: baronas@uol.com.br

Início este meu texto trazendo a esta cena discursiva uma chamada publicitária da Sadia que ficou em evidência na mídia televisiva até bem pouco tempo atrás. Faço isso não para discutir se essa propaganda é enganosa ou não, apreciando se o presunto anunciado é melhor ou não do que o das suas concorrentes. A título de recordação, a propaganda apresenta três personagens – mãe, filha e comerciante – numa suposta mercearia/padaria. A mãe pede ao comerciante que pese uma certa quantia de presunto Sadia. No mesmo instante, a câmera focaliza o interior de um balcão frigorífico no qual é possível perceber em alto relevo a irrupção da expressão *ÇADIA*. Depois disso a filha dirige-se à mãe e diz:

– Que burro!

– Liga, não! Eles estão sempre querendo imitar a Sadia, diz o comerciante.

Essa propaganda parece-me emblemática por diversas razões. Comento aqui rapidamente apenas três: primeiro, ela reflete o quanto a nossa sociedade é ainda ignorante sobre os mais rudimentares conhecimentos produzidos pela lingüística ao longo de seu quase um século de existência, por exemplo, o fato de que dominar o sistema ortográfico de uma língua não é sinônimo de inteligência. Ou seja, não existe uma implicação necessária entre dominar o sistema ortográfico de uma língua e ser inteligente. Segundo, essa propaganda, mesmo veiculada no verdadeiro da época do politicamente correto não despertou nenhum tipo de reação contrária nem mesmo dos assíduos freqüentadores do Procon que questionam essa questão. E, terceiro, essa propaganda pode ser vista como uma espécie de representação metonímica do nosso papel como profissionais de linguagem na sociedade atual.

Como nós profissionais de linguagem vemos a(s) nossa(s) essencialidade(s) diante de um mercado altamente utilitarista que enquadra na *Lista*¹ dos essenciais somente agrônomos, engenheiros civis, economistas, arquitetos, médicos, advogados e outros pragmáticos filisteus? Mercado que indulgentemente nos reserva a tarefa de guardiões da

variedade culta da língua, instrumentalizada na gramática tradicional e nos textos literários de nossos mais importantes escritores da língua pátria. Ou, enunciando de outra maneira essa questão, e levando em consideração mais apuradamente a nossa realidade do Centro-Oeste brasileiro, qual a nossa essencialidade numa região que tem a sua economia baseada tanto no monosssetorialismo concentrador de renda do agro-negócio quanto no extrativismo anti-ético dos nossos recursos naturais?

Diante dessa situação o que fazer? Viabilizar de vez Os Cursos de Letras no mercado e por extensão todas as humanidades? Assumir o papel de que a eles cabe a função de instrumentalizar as pessoas lingüística e literariamente somente “capacitando-as” para o mercado de trabalho, ou para que, diante da modernidade estressante, elas possam, por meio da literatura, ter um pouco de fruição estética, por exemplo? Ou ainda, ensinar aos nossos alunos que o certo é *o soja* e não *a soja*, pois trata-se de um tipo de feijão e este é masculino? Acredito que essa saída, embora prevalente no imaginário da grande maioria das pessoas, seja algo análogo a entender o profissional de linguagem como um diletante bem informado, que ganha a vida vendendo regrinhas gramaticais e/ou períodos literários.

No meu entendimento, não faz sentido transformar Os Cursos de Letras ou qualquer outro curso das humanidades num supermercado que vende informações lingüísticas e literárias ou numa indústria que as fabrica, por exemplo. A nossa luta deve ser travada num outro campo de batalha. A luta contra o “fundamentalismo mercadológico” (CHOMSKY apud MITCHELL e SCHOEFFEL, 2003) no qual vivemos é uma batalha muito mais complexa. Antes de qualquer coisa, é fundamental que os nossos Cursos de Letras se auto-avaliem. Eles precisam ter coragem de se passar a limpo, de fazer sua autocrítica. Contudo, esse repensar não pode parar nos refrões populistas: universidade para todos, representação paritária, reordenação de disciplinas da matriz curricular, por exemplo. Deve significar necessariamente, em primeiro lugar, uma democratização do acesso aos conhecimentos, produzidos pelos estudos lingüísticos e literários e não somente às informações falaciosas desses saberes.²

Penso que, ao tratarmos de qualquer projeto político-pedagógico de formação de formadores nas mais diversas modalidades, além de termos com bastante clareza a filosofia que embasará o projeto político-pedagógico e o perfil do profissional que queremos formar, em hipótese alguma, devemos nos ausentar das questões levantadas anteriormente. Temos fundamentalmente de agregar valor ético-emancipatório às nossas atividades de formação de professores também. Em tempos desse “fundamentalismo mercadológico” não basta apenas propiciar ao nosso futuro professor os instrumentos para o seu trabalho – A Enxada³ – pois na atualidade as roças a serem capinadas estão cada vez mais anti-éticas. É fundamental que, respeitando a heterogeneidade dos milhões de Profissionais brasileiros, agreguemos a essa mediação uma qualidade ético-emancipatória homogênea.

Acredito que incorporar valor ético-emancipatório⁴ aos projetos político-pedagógicos de formação de formadores precisa significar, entre outras coisas, a criação das condições institucionais e comportamentais (didático-pedagógicas) necessárias para uma formação igualitária de massas, baseada numa igualação categórica das oportunidades, de modo a propiciar a *todos* (e não apenas aos “mais capacitados”) as mesmas condições de progressão intelectual, acesso à produção e reelaboração de saberes e interação acadêmica.

Talvez pudéssemos iniciar essa democratização diminuindo o hiato existente entre uma graduação de qualidade questionável e uma pós-graduação de excelência. Temos de ter também uma graduação de excelência para todos. Assim, é indispensável que se coloque *ensino e pesquisa* em relação de equivalência, complementaridade efetiva e interação produtiva tanto na graduação quanto na pós-graduação. Não há por que privilegiar unilateralmente a pesquisa só na pós-graduação, como se ela pudesse frutificar fechada em si mesma e fora das salas de aula. Não faz sentido enfatizar a pesquisa somente como porta de entrada no mundo da captação de recursos, até porque isso violenta a própria natureza da investigação científica. É fundamental que destruamos essa “matrix pedagógica”.

Defendo que, na formação dos profissionais de linguagem, devemos enfatizar o uso consciente, responsável da lingüística e dos estudos literários e de suas mais diversas áreas de concentração no ensino do português e da literatura, com a finalidade de desenvolver nesse profissional uma atitude crítica e uma visão que dê conta dos usos, das correspondentes variedades da língua, noções de aquisição de linguagem e, principalmente, do funcionamento discursivo da língua. Ao mesmo tempo, acreditamos que devemos conscientizar esses profissionais da premente necessidade de instrumentalizar seus aprendizes com a variedade culta da língua portuguesa, ensinando-os a se transformarem em produtores competentes e leitores proficientes de textos.⁵ Contudo, não à maneira míope eticamente de Pasquale Cipro Neto.

Este conceituado autor, no texto “pobrema” e “renegerar”, veiculado no *site* www.tvcultura.com.br a partir de junho deste ano diz o seguinte:

Muitas pessoas no Brasil dizem “pobrema”. A pronúncia oficial, no entanto, deve ser sempre como se grafa a palavra: pro-ble-ma. Há um comercial de televisão com uma atriz muito conhecida. Em certa altura de sua fala, ocorre uma troca de sílabas, nem sempre perceptível: *Se a vaca pudesse escolher um hidratante pra proteger o couro dela, era Tom Bom. Ela ia falar assim, ó: “Tooom Booom”.*

Tom Bom é um creme que penetra e renegera cada fibra, *deixando o couro vivo, macio, doidinho pra brilhar...* A atriz Denise Fraga, que fez o comercial, relatou que foi preciso convencer o pessoal da agência de publicidade para a qual fez o comercial a aceitar renegera no lugar de regenera. O resultado ficou delicado e interessante. A ciência que se ocupa desses desvios de pronúncia é a fonoaudiologia. Em depoimento ao programa, a fonoaudióloga Sandra Pela fala a respeito do assunto: “Para a produção efetiva dos sons da fala, algumas estruturas são necessárias. O ar vem dos pulmões, passa pela laringe e produz som nas pregas vocais. Esse som é então modificado no trato vocal ou na caixa de ressonância. O trato vocal é que dá a característica específica de cada som.

Por exemplo: se o ar sai mais pelo nariz do que pela boca, temos os sons nasais, como na pronúncia das letras ‘m’ e ‘n’. Se o som é produzido durante o fechamento dos lábios, temos os sons das letras ‘p’ e ‘b’. Quando esse mecanismo da fala está alterado, temos um fenômeno que é conhecido, atualmente, como dislalia ou distúrbio articulatorio. Antigamente era chamado de rotacismo. No caso das crianças, o problema pode ser decorrência de um atraso no desenvolvimento e de alterações na habilidade motora ou no comando do sistema nervoso central. No caso dos adultos, podemos pensar em trocas articulatórias dos fonemas – como falar ‘Cráudia’ em lugar de ‘Cláudia’, ou de sílabas, como no caso do comercial mencionado. A pessoa faz essa alteração muitas vezes em decorrência do seu meio cultural”. Como vimos, o problema tem explicação científica e há solução para ele. A pessoa pode fazer um tratamento para aprender a empostar a voz, a pronunciar melhor as palavras. O importante é que ninguém seja discriminado por isso.

Tratar consciente e responsabilmente os estudos lingüísticos e literários significa, por exemplo, criar seqüências didáticas⁶ nas quais se discuta o preconceito lingüístico. Preconceito que é diariamente reiterado na mais simples conversa cotidiana até nos mais cultos programas de televisão. Toda vez que ouvimos alguém corrigir a pronúncia de um falante que diz “probrema”, marcando que ele errou, pois o “certo” é “problema”, temos aí evidenciado um exemplo de preconceito lingüístico. Esse tipo de correção, por mais bem intencionada que possa parecer, mobiliza um conjunto de imagens negativas que o brasileiro tem de si e da sua língua falada. Cientificamente tanto “probrema” quanto “problema” são perfeitamente gramaticais, isto é, o primeiro não é uma degenerescência ou deturpação do segundo e, o seu falante, ao contrário do que assevera Cipro Neto, não tem “um atraso no desenvolvimento e alterações na habilidade motora ou no comando do sistema nervoso central”. Trata-se, na verdade, de um fenômeno fonético bastante presente no falar cuiabano, por exemplo, denominado rotacismo: o nome técnico dado a essa nossa “troca” do fonema “l” pelo fonema “r”. Troca essa que fez parte da formação histórica do nosso português padrão, ou

seja, são traços do português arcaico que ainda sobrevivem no português atual. Cunha (1986, p. 211) “lembra que o rotacismo representa uma tendência românica muito difundida, tendo sido mesmo uma evolução normal dos grupos de “l” do latim para o português”.

Para deixar menos árido o que estou falando, tomemos como exemplo o refrão da Cantiga de Louvor a Santa Maria de Afonso X, do século XVI: “Rosa das rosas e Fror das frores. Dona das donas, Senhor dos senhores”. Observem que o vocábulo “flor” era grafado em português arcaico com o fonema “r” no lugar do “l” atual. Se se pudesse falar de alguma deformação de uso da língua, ela estaria justamente na forma atual “flor”. O exemplo arrolado evidencia que a língua que usamos vem se constituindo, ao longo dos séculos, na maioria das vezes, em imperceptível movimento. O desconhecimento dessas etapas passadas pela nossa língua resulta na violência que é o preconceito lingüístico.

Com isso não estou dizendo que a lingüística e os estudos literários sejam uma panacéia para todos os problemas do ensino, pois só eles não garantem a melhoria do ensino, principalmente quando faltam aos professores as mínimas condições de trabalho, salário digno, possibilidades de realizar cursos não apenas de educação continuada, mas de uma educação permanente, concursos públicos para a docência. Assevero que a lingüística e os estudos literários feitos hoje no Brasil são de muito bom nível e que, com base neles, podemos incorporar valor ético-emancipatório às nossas atividades. Os estudos lingüísticos e literários atuais, sobretudo os que se debruçam sobre a compreensão do texto e do discurso, trazem à tona o fato de que a linguagem não ocorre em um vácuo social e que, portanto, textos orais e escritos não têm sentido em si mesmos; interlocutores (escritores e leitores, por exemplo) situados no mundo social com suas ideologias, valores, projetos políticos, histórias e desejos constroem seus significados para agir na vida social.

Os sentidos são produzidos a partir de uma ferrenha disputa entre os interlocutores. Essa compreensão é extremamente importante no

mundo altamente semiotizado da globalização, uma vez que possibilita situar os discursos a que somos expostos e recuperar sua situacionalidade social ou seu contexto de produção e interpretação: quem escreveu, com que propósito, onde foi publicado, quando, quem era o interlocutor projetado. Acima de tudo, possibilita compreender que nem todos têm o direito à interpretação. Tal teorização tem uma implicação prática, porque possibilita trabalhar em sala de aula com uma visão de linguagem que fornece artifícios para os alunos aprenderem, na prática escolar, a fazer *escolhas ético-emancipatórias* entre os discursos que circulam. Isso possibilita, por exemplo, aprender a problematizar o discurso hegemônico do monosssetorialismo do agronegócio, o do extrativismo irresponsável de nossos recursos naturais, e ainda compreender por quais razões o discurso neoliberal substitui em determinados enunciados um sujeito humano por uma forma nominal.

Longe de querer fornecer modelos a serem seguidos, trago aqui para reflexão algumas possibilidades de tratamento didático ético-emancipatório do português: Propomos que a equação, sugerida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como representação metonímica do que deveria ser o tratamento didático do português, passe de USO ⇔ REFLEXÃO ⇔ USO para USO ⇔ REFLEXÃO ⇔ USO ÉTICO-EMANCIPATÓRIO. Para tanto, inicialmente trago o texto “PPS – O Apoio da discórdia”, de autoria de Sérgio Cintra e publicado em fevereiro de 2004 no jornal eletrônico *Mídia News* de Cuiabá/MT:

O artigo intitulado “POR QUE APOIO (sic) SÉRGIO RICARDO” do vereador do PPS, Ivan Evangelista, sobre a sucessão do prefeito Roberto França seria extremamente oportuno, se não fosse a publicidade do mesmo. (Grifos meus)

Afirmo isso porque como dirigente partidário, entendo que a escolha do nosso candidato a prefeito é uma questão interna do PPS. Sei que o nobre edil conhece todo o nosso planejamento estratégico e o nosso estatuto e, mesmo assim, externa sua predileção por um dos nossos pré-candidatos, gerando com esse ato imponderado um certo

constrangimento para a direção municipal do partido. O ato insano do nosso parlamentar tem algumas conseqüências:

1º- Insinua um possível “racha” no PPS.

2º- Revela sua total ausência de sintonia com a forma com que o Diretório Municipal, o Prefeito França e o Governador Blairo Maggi têm conduzido o processo de escolha do candidato do partido à prefeitura.

3º- Denota, para os formadores de opinião e nossos eventuais aliados políticos, que o candidato a prefeito de Cuiabá já está praticamente definido, o que não é verdade.

4º- Comete uma atrocidade político-partidária, pois em um partido de esquerda é prática buscar-se a elaboração de um plano administrativo para a cidade e, também, o melhor perfil para implementar nossas políticas públicas.

5º- E último, fortalece nossos adversários e, indiretamente, pode prejudicar a reeleição do Governador Blairo Maggi, mesmo porque uma eventual derrota na capital de Mato Grosso teria sérias conseqüências em 2006.

São, portanto, esses motivos que me obrigam a responder politicamente ao vereador Ivan. Óbvio que tenho, dentre os pré-candidatos do PPS, predileção por um nome que melhor espelhe nossa prática político-partidária e o perfil que a população almeja. Porém, como dirigente do partido não acredito ser ético torná-lo público até que tenhamos exaurida a possibilidade do consenso interno.

Oficialmente temos dois nomes e poderemos ter mais, para a disputada cadeira do Palácio Alencastro, mas como prevê nosso estatuto, quem decidirá por A, B ou C são todos os nossos filiados. Vereador, gostaria que o senhor contribuísse para que pudéssemos realizar, por bairros, reuniões com nossos filiados e nossos pré-candidatos para que, em junho, o princípio estatutário da Radicalidade Democrática e do Poder Local fossem plenamente exercidos.

PS. O verbo “apoiar”, quando usado na 1ª pessoa do singular do Presente do Indicativo, é pronunciado em ditongo oral aberto e, assim, recebendo a devida acentuação gráfica.

Gostaria de chamar atenção aqui para o “sic” que, segundo o dicionário Michaelis na sua versão eletrônica, significa: “*Adv (lat) Assim.*”

Emprega-se entre parênteses no curso de uma citação, após uma palavra ou expressão que possa parecer estranha ou errada, ou para indicar que o texto original está reproduzido exatamente”.

Penso, no entanto que esse elemento lingüístico possa ser visto a partir de uma abordagem discursiva. No nosso entendimento, essa marca se constitui no que Authier-Revuz (1982) denomina de “heterogeneidade discursiva”. Ou seja, ela representa um outro discurso que irrompe no fio do discurso do “eu”. Entretanto, esse outro discurso possui um valor meta-discursivo, isto é, se constitui num comentário polêmico acerca do discurso do “eu”. Trata-se, na verdade, de um comentário sutil que objetiva descaracterizar o discurso do “eu”, evidenciando que esse discurso não é digno de ser considerado como verdadeiro, pois não se encontra em conformidade com o sistema ortográfico do português. O PS metalingüístico do autor reforça a nossa asserção de que o discurso do “eu” não deve ser considerado como verdadeiro. O exemplo arrolado nos mostra, entre outras questões, que o saber metalingüístico pode se constituir numa violência simbólica que discrimina, ridiculariza os que não detêm esse capital simbólico.

Uma outra possibilidade de tratamento didático ético-emancipatório do português seria, por exemplo trabalhar com seqüências didáticas nas quais se evidencie para os alunos que o português brasileiro, assim como qualquer outra língua natural, vem passando por inúmeras mudanças tanto lingüísticas quanto discursivas e que essas mudanças discursivas são o resultado do imbricamento entre a globalização, as inovações tecnológicas, a mercantilização da vida e a língua.⁷ Todas essas mudanças, embora se realizem na língua, não se restringem a ela, ou seja, são mudanças em que o discurso se ancora na materialidade da língua para produzir os mais diversos efeitos de sentidos. Na ausência de uma análise mais acurada e com isso correndo o risco de perder a complexidade de como os discursos se ancoram na língua, trago aqui três desses procedimentos de ancoragem: o primeiro de eufemização; o segundo de silenciamento/transformação do agente; e o terceiro de mercantilização.

A primeira tendência, que denomino de eufemização, pôde ser vista tanto na era FHC, fato que o articulista da *Folha de S. Paulo*, José Simão batizou de “tucanês” – por exemplo “modernização do serviço público” significando na prática a demissão de milhares de servidores – quanto recentemente na boca do então tesoureiro do PT, o senhor Delúbio Soares. Este, quando indagado por um repórter da Rede Globo de Televisão sobre a existência de “caixa dois no PT”, nas eleições de 2002, respondeu eufemisticamente: “Não, nós tivemos dinheiro “não-contabilizado nas últimas eleições municipais”. Um outro exemplo: recentemente houve uma discussão sobre a erradicação do trabalho escravo em Mato Grosso, problema que, eufemisticamente, passou a se chamar “irregularidades no trabalho do campo”. A propina exigida pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, de um dono de restaurante em Brasília, transformou-se em “mensalinho”. Os concursos vestibulares das universidades privadas transformaram-se em “processos seletivos”. Os carros usados nas vendas e concessionárias transformaram-se em semi-novos. Poderíamos multiplicar os exemplos, contudo os arrolados são suficientes para nos mostrar que, cada vez mais, estamos nos deslocando de um falar franco para um falar suavizado.

A segunda tendência, que denomino de silenciamento/trans-formação do agente, pode ser vista cotidianamente nos mais diversos suportes da mídia nacional. Recentemente um jornal de grande circulação nacional trazia como manchete de capa: “A seca da Amazônia aumentou o índice de mortalidade infantil no Brasil”. Outro exemplo, desta vez, de um jornal aqui de Mato Grosso, noticiou: “Turismo leva meninas de Santo Antônio do Leverger a se prostituírem”. Numa propaganda sobre a violência contra a mulher exibida nos mais diversos canais abertos de televisão pode-se ver o seguinte enunciado: “A cada quatro minutos uma mulher é espancada no Brasil”. Esses três exemplos se constituem no que estou denominando de silenciamento/trans-formação do agente. É como se a seca da Amazônia ou o turismo, e não a falta de políticas

públicas, fossem os responsáveis pelo aumento da mortalidade infantil e pela prostituição de meninas. No caso do terceiro exemplo, o enunciado esconde quem é que espanca as mulheres. Os exemplos poderiam ser multiplicados...

A terceira e última tendência, a que denomino de mercantilização, tal qual as tendências enunciadas, também pode ser vista cotidianamente nos mais diversos suportes midiáticos nacionais. Antes de a globalização deixar suas marcas perversas também na língua, ouvíamos que havia falta de empregos. Hoje em dia é cada vez mais recorrente a afirmação de que, como afirma Possenti (2004), “não se trata de haver ou não postos de trabalho, mas de os pretendentes estarem ou não qualificados para ocupá-los”. Outro exemplo: é cada vez mais forte, mesmo em instituições estatais e nos mais variados domínios sociais, o uso de termos que originariamente estavam estritamente ligados à economia. Cliente, investimento, racionalização, otimização, empreendedorismo, gestão podem ser vistos tanto na propaganda de um curso de especialização em educação quanto numa chamada sobre o que as polícias têm feito para coibir a violência nas grandes cidades. Trata-se de um processo iniciado com o neoliberalismo no início dos anos 90 no Brasil, que passou a organizar as instituições e os domínios sociais com base nas mesmas leis do mercado.

O trabalho proposto não vem simplesmente substituir as tradicionais aulas de gramática em nossas escolas, mas evitar, como diz Perini (1998, p. 13-14), que continuemos

a estudar [somente] em compêndios gramaticais que consideram a homonímia e a polissemia como “defeito” da língua, e não recursos essenciais da comunicação [e da constituição de identidades]; onde se definem funções e classes de palavras de maneira totalmente vaga e confusa; onde se fala de um fonema como sendo um “som”; onde se justifica uma análise [sintática] com base em construções do século XIX e assim por diante.

Esse trabalho visa principalmente possibilitar que os nossos alunos tenham a oportunidade de questionar os discursos anti-éticos que circulam na nossa sociedade. Para finalizar este texto gostaria de fazer alusão novamente à propaganda da Sadia, que serviu de mote para este texto, e dizer que a sua mensagem anti-ética deve ser combatida energeticamente, contudo não nos Procons do politicamente correto, mas por meio de um tratamento didático ético-emancipatório do português. Esse tipo de reclamação pode se transformar em boas profilaxias a partir das quais não apenas “Os 2 Filhos de Francisco”, mas também a grande diversidade de Franciscos e de Helenas tenham possibilidade de se moverem socialmente sem ter que matar seus professores de língua portuguesa com um objeto direto na cabeça.

NOTES ABOUT AN ETHICAL-LIBERTARIAN DIDACTIC TREATMENT OF THE PORTUGUESE

ABSTRACT

In this article I reflect on how we, as language professionals, see our essentialities through a highly utilitarian market, which gives us the task of preserving the cultural variety of the Portuguese language, found in the traditional grammar and literary texts of the most important country writers. In a second moment, I argue for possibilities of working with the Portuguese education in Language and Literature courses, assuming that their role is not only to qualify the students linguistically and literarily but also to prepare them for having aesthetic enjoyment through literature.

KEY WORDS: Portuguese education, formation of professors, speech analysis, power and reluctance to exclusion.

NOTAS

1. Faço aqui uma associação com o filme *A lista de Schindler*. Universal Studios e Amblin Entertainment, Inc, 1993 de Steven Spielberg, no qual só eram preservados da morte os judeus que fossem essenciais para o nazismo.
2. Segundo Evanildo Bechara em recente artigo publicado na *Revista Língua Portuguesa*, n. 3, “já tivemos, não faz muito tempo, oportunidade de chamar

a atenção para o engano de se filiar o nosso tradicional baile e arrasta-pé “forró” à expressão inglesa *for all*, acompanhada de uma complexa história para inglês ver. Agora lemos que também a palavra “gringo” pode ser explicada por outra expressão inglesa: *green, go!* (verde, vai). Segundo a história em que o referido étimo se encaixa, durante a época da construção de nossas ferrovias pelos ingleses, o capataz gritava para o trabalhador, mandando que avançasse com o trole, quando o sinal ficasse verde: *green, go!* A bem da verdade, o comentarista começa por explicar a origem de “gringo”, pelo étimo do espanhol ligado a *griego*, aquele que falava grego, considerado como idioma de difícil entendimento para o povo. Primeiro se aplicou à linguagem difícil, como se diz em português: “Isso é grego para mim”. Depois, na América, se aplicou a pessoas que falavam idiomas diferentes, o estrangeiro.

3. *A enxada* é um conto de Bernardo Élis que narrativiza a hercúlea luta de Piano para conseguir uma enxada “pra mode de trabalhar” e com isso sanar sua dívida junto ao coronel Elpídio Chaveiro. No entanto, Piano, por não ter conseguido o instrumento de trabalho com o qual capinaria as roças de arroz do coronel antes do dia de Santa Luzia, embora tenha tentado fazê-lo com suas próprias mãos, paga com a própria vida suas dívidas.
4. A expressão ético-emancipatório deriva de Guilhamou (2005) que fala sobre “configurações textuais de acontecimentos emancipadores onde se legitimam porta-vozes distintos dos atores legítimos a priori, portanto sempre deslocados de um posicionamento inicial”. Desse modo, tratar didaticamente o português de uma forma ético-emancipatória significa realizar seqüências didáticas em que os aprendizes tomem consciência do funcionamento discursivo dos discursos anti-éticos que circulam na nossa sociedade.
5. Jurado (2002, p. 9) mostra que, dentre os jovens na faixa de 15 anos que freqüentam a escola, aproximadamente 10% não chegam a alcançar o nível 1 de leitura; 30% chegam ao nível 1; 35% conseguiram alcançar o nível 2; 19%, o nível 3; 5%, o nível 4; e somente 1% dos jovens chegou ao nível 5. Estes dados refletem o tipo de ensino que os nossos jovens têm recebido. A maior parte dos jovens avaliados – 65% (entre os níveis 1 e 2) mal conseguem “localizar informações que podem ser inferidas em um texto; reconhecer a idéia principal em um texto, compreendendo as relações ou construindo um sentido; construir uma comparação ou várias conexões entre o texto e outros conhecimentos extraídos de experiência pessoal”. E ainda assim, os dados apontam que, no que se refere à localização de in-

formações, os resultados são ainda piores quando está em jogo a leitura de gráficos, mapas, diagramas. Isto porque muitos destes gêneros têm pouca circulação na escola e quando circulam não são objeto de ensino.

6. Como “bons ladrões de palavras” tomamos esse conceito de Auguste Pasquier & Joaquim Dolz, 1996 que o entendem “como um conjunto de oficinas destinadas a que se aprenda a escrever um gênero textual que responde a uma série de critérios. Trata-se na verdade de uma série de exercícios e atividades que busca resolver progressivamente as dificuldades dos alunos e que facilita a tomada de consciência das características lingüísticas [e discursivas] dos textos estudados”.
7. Em um trabalho recentemente traduzido do francês para o português, por Maria do Rosário Gregolin, intitulado *Analyse de discours et/ou sociolinguistique confrontées à la langue: changements discursifs en français actuel* e apresentado em forma de conferência no I SEAD em Porto Alegre, no final de 2005, a autora Françoise Gadet afirma que tais mudanças são em grande parte devidas à globalização econômica, à democratização e à tecnologização produzida pela informática.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. Ciência contra a fantasia. *Revista Língua Portuguesa*, ano I, São Paulo: Segmento, janeiro de 2006.
- CIPRO NETO, P. *Rotacismo: problema e problema*. Alô Escola – Nossa Língua Portuguesa. Disponível em: <www.tvcultura.com.br>. Acesso em: 3/10/2005.
- CINTRA, S. PPS – *O apoio da discórdia*. Publicado no jornal eletrônico *Mídia News* de Cuiabá/MT, fevereiro de 2004.
- ÉLIS, B. A enxada. In: DENÓFRIO, D. F. (Org.). *Antologia do conto goiano I: dos anos dez aos anos sessenta*. 2. ed. rev. Goiânia: Cegraf/UFG, 1993.
- GADET, F. *Analyse de discours et/ou sociolinguistique confrontées à la langue: changements discursifs en français actuel*, apresentado em forma de Conferência no I SEAD/UFRGS em Porto Alegre, 2003.
- GUILHAUMOU, J. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma “transvaliação” imanente. Tradução de Roberto Baronas & Nilton Milanez. *Revista Ecos*, n. 3, Revista do Instituto de Linguagem. Cáceres, MT: Unemat Editora, 2005.

- JURADO, S, G, O. *Leitura e letramento escolar no Ensino Médio: um estudo exploratório*. 2002. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MITCHELL, P. R.; SCHOEFFEL, J. *Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.
- PASQUIER, A.; DOLZ, J. Un decálogo para ensinar a escribir. *Cultura y Educación*, 2, 1996. Madrid: Infância e aprendizagem. Tradução provisória de Roxane Helena Rodrigues Rojo. (Mimeografado).
- PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- POSSENTI, S. Para um novo perfil do professor de português. *Estudos Lingüísticos: anais de seminários do GEL*, XII. Lins: Faculdade Auxilium, 1986.
- POSSENTI, S.; ILARI, R. Ensino de língua e ensino de gramática: alterar conteúdos ou alterar a imagem do professor? In: CLEMENTE, E. (Org.). *Lingüística aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- ROJO, R. H. R.; LOPES, L. P. M. Linguagens, códigos e suas tecnologias. *Orientações curriculares do ensino médio*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Departamento de Políticas de Ensino Médio. Brasília DF, 2004.
- SANTIAGO-ALMEIDA, M. Memória fonológica do português no Brasil Colonial. *Revista Ecos*, n. 3, Revista do Instituto de Linguagem. Cáceres, MT: Unemat Editora, 2005.
- SPIELBERG, S. *A lista de Schindler*. Universal Studios e Ambin Entertainment, Inc, 1993.